

EIXO TEMÁTICO 8 | CULTURA, SOCIEDADE E IDENTIDADES

IDEOLOGIA E ESTADO: a formação de identidades superexploradas

IDEOLOGY AND STATE: the formation of superexploited identities

Janaína Bossi Torres¹

RESUMO

O presente trabalho busca analisar as influências da ideologia e do Estado na constituição de identidades no contexto de superexploração da força de trabalho. Aqui partimos do pressuposto que a formação de identidades vincula-se à materialidade do mundo e de suas relações sociais - que por sua vez, são produtos de seu tempo histórico. Para tanto, partindo de uma revisão literária, o artigo se estrutura em dois pontos centrais: a caracterização do Estado moderno fundamentado na teoria crítica marxiana e a contextualização do capitalismo dependente brasileiro como alicerce da produção de identidades a partir da superexploração da força de trabalho. Como resultado, verifica-se que este processo está sujeito ao projeto de poder imposto pelas classes dominantes em uma condição de dependência, que se traduz no Estado burguês periférico.

Palavras-chave: Estado; Identidade; Superexploração

ABSTRACT

The following article analyzes the influence of ideology and the Estate in the constitution of identities through the super exploitation of the workforce. Beforehand we assume that the identity formation is linked to the materiality of the world and its social relations - which, in turn, are also products of its own time. For this purpose, this article is organized around two main points: the modern Estate is reasoned here according to the Marxist critical theory; and the contextualisation of the dependent capitalism in the Brazilian reality as the foundation for the production of social relations through the super exploitation of the workforce.

Keywords: State; identities; super-exploitation;

¹ Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal da Paraíba (PPGSS/UFPB), bacharel em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Email: janainabossi@gmail.com

1 INTRODUÇÃO

Buscaremos aqui analisar as influências da ideologia na construção de identidades da força de trabalho superexplorada. Tendo como objetivo específico traçar as principais características de Estado a partir das literaturas de Marx e Engels, analisar os impactos da categoria de superexploração e debater a respeito da formação da classe trabalhadora brasileira a partir do capitalismo dependente.

A aproximação com o tema foi realizada através do trabalho de conclusão de curso (TCC) em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) que se desdobra na pesquisa em andamento de dissertação de mestrado pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social (PPGSS) da Universidade Federal da Paraíba (UFPB). A partir dessa vivência acadêmico-política, chegamos ao tema em questão, relativo à contribuição com o campo teórico-político. A perspectiva teórico-metodológica se funda no materialismo histórico-dialético a partir de uma pesquisa bibliográfica e uma aproximação preliminar com a análise crítica da bibliografia.

O tema em questão tem relevância para um pensamento crítico acerca dos dilemas que cerceiam a construção de identidade da classe trabalhadora superexplorada, tendo como base de análise a formação social brasileira e suas implicações que envolvem raça, classe e gênero. A pesquisa mostra-se valorosa no âmbito do Serviço Social, profissão que atua nos marcos da questão social, e que, nos espaços sócio-ocupacionais, lida diretamente com uma população que, na sua maioria, já passa por um processo de estigmatização.

2 O ESTADO E A IDEOLOGIA

Quando falamos de Estado, à luz da teoria crítica marxiana, estamos falando de uma forma política que nem sempre existiu, portanto, surge na história e vai desaparecer na história, sendo um instrumento de dominação e controle por meio da centralização do poder. É um dispositivo especial de repressão da classe dominante contra os trabalhadores. Engels, no livro “A origem da família, da propriedade privada e do Estado” (2012) afirma que o Estado não se impõe de fora para dentro de uma determinada sociedade, não representa a “realidade da ideia moral” e nem “a imagem e a realidade da razão”, como é descrito por Hegel. Na verdade é fruto da própria sociedade, quando esta atinge um estágio particular de desenvolvimento, simboliza

o reconhecimento de que a sociedade se enredou em contradições irreconciliáveis consigo mesma, dividida por antagonismos que não se pode resolver por si só - somente com a abolição total da sociedade de classes. Para impedir que esses conflitos, resultante da luta de classes, destruam a sociedade, nasce um poder que se coloca acima de tudo e todos - e que se distancia cada vez do corpo civil. O nascimento do Estado é um produto da divisão social do trabalho,

O Estado é um órgão especial que surge em certo momento da evolução histórica da humanidade, e que está condenado a desaparecer no decurso da mesma evolução. Nasceu da divisão da sociedade em classes e desaparecerá no momento em que desaparecer esta divisão. Nasceu como instrumento nas mãos da classe dominante, com o fim de manter o domínio desta classe sobre a sociedade, e desaparecerá quando desta classe desaparecer (MANDEL, 1977, p.4)

Para Marx a construção do que é o Estado se materializa a partir de uma crítica direcionada à dialética de Hegel, que coloca aquilo que passa a ser contradição fundante da sociedade civil-burguesa:

A questão de que todos os valores morais e ético-políticos desta sociedade, que têm seu corolário na liberdade proclamada e protegida pelo Estado, na verdade, estão assentados no egoísmo e na alienação da propriedade privada dos meios de produção, e, portanto, para Marx essa seria uma falsa liberdade pelo fato de ser apenas política e formal. (ARAÚJO, 2022, p.126)

Nesse sentido, o Estado é responsável pela alienação política e é uma entidade que se finda na fiscalização do funcionamento diário da vida social à serviço da classe dominante, com o intuito de manutenção dessa dominação (MANDEL, 1977, p.11). O Estado é instrumentalizado para o financiamento dos interesses das classes dominantes, “Para ele (Marx) o Estado era manipulado pela força das classes dominantes que satisfaziam seus anseios de acúmulo através da repressão aos insatisfeitos por meio do próprio poder público como a polícia e o exército” (HENRIQUE, 2023, p.3). Dessa forma, há uma dupla expressão da ação política estatal: a força, que se revela no momento da autoridade e da violência e o consenso, no momento da hegemonia e civilidade.

A forma política materializada como Estado, pressupõe que este seja um espaço de constantes disputas e interesses, portanto é sempre ideológico. A ideologia tem papel fundamental nas sociedades ético e politicamente organizada no e pelo Estado e a mediação ideológica se coloca no sentido de tentativa de “harmonizar” a discrepância entre a natureza

das relações sociais predominante moldadas pela propriedade privada e pela mercadoria, e a maneira como essas interações são vivenciadas pelos indivíduos (ARAÚJO, 2019).

A origem das ideias, das representações, da consciência está intimamente ligada, em essência, com a atividade prática e as interações materiais entre as pessoas, que são a linguagem da vida real. A capacidade de representar, pensar e trocar ideias entre os seres humanos parece ser uma expressão direta e imediata do seu comportamento material. Marx e Engels afirmam (2009, p.67):

As ideias da classe dominante são, em todas as épocas, as ideias dominantes, ou seja, a classe que é o poder material dominante da sociedade é, ao mesmo tempo, o seu poder espiritual, dominante. (...) As ideias dominantes não são mais do que a expressão ideal das relações materiais dominantes, as relações materiais dominantes concebidas como ideias; portanto das relações que precisamente tornam dominante uma classe, portanto as ideias do seu domínio.

Dessa forma, a consciência também se vincula diretamente com a vida material, é um produto social. Aqui partimos do pressuposto que a identidade é algo objetivo que vincula-se à materialidade do mundo e não se dissocia das relações sociais estabelecidas - que por sua vez, são produtos de seu tempo histórico. A construção de identidade está sujeita ao projeto de poder imposto pelas classes dominantes que o exercem não só através da coerção e repressão, mas também por meio da cultura, dos valores e normas da sociedade, de modo a manter sua posição hegemônica.

Nesse sentido, a ideologia tem papel fundamental no controle e organização social das classes, principalmente daquelas marginalizadas. Isto posto, as determinações econômicas constituem o cenário político moldando as formas de sociabilidade, no caso de uma sociabilidade burguesa o que se manifesta são subjetividades e identidades que tem como cerne dinamizador as relações de exploração e opressão, fruto da contradição entre capital e trabalho traduzida nas manifestações da questão social.

Se as atividades humanas determinam a formação de consciência e de construção de identidades, as condições de vida e de trabalho são fundamentais nesse processo. Se temos na América Latina, sobretudo no Brasil, uma formação sócio-histórica forjada dentro de relações coloniais e escravocratas durante séculos, cabe compreendermos essas determinações a fim de traçar o perfil dessas identidades superexploradas. Caminhamos aqui, então, para contextualização sócio-histórica.

3 CAPITALISMO DEPENDENTE E A SUPEREXPLORAÇÃO

A colonização redefiniu radicalmente os modos de produção e reprodução nas Américas. O extermínio de povos originários, a escravização e o saque colonial foram meios de expropriação extremamente violentos e essenciais para acumulação de capital e para a expansão do capitalismo. Esse processo histórico-social expropria trabalhadores de seus meios de vida, convertendo-os em capital e enriquecendo determinados setores. Recorreremos aqui ao que Karl Marx (2013, p. 786) chama de acumulação primitiva: "A assim chamada acumulação primitiva não é, por conseguinte, mais do que o processo histórico de separação entre produtor e os meios de produção". A análise do autor nos permite compreender a formação das classes sociais e da transição do feudalismo europeu para o modo de produção capitalista e sua hegemonia mundial, a partir de políticas orquestradas por um Estado firme dentro dos parâmetros de interesses da classe hegemônica e a violência como potência econômica como síntese das determinações do processo de expropriação dos meios de produção e da exploração da força de trabalho.

Esses processos de acumulação e desacumulação estabeleceram pontos de partida drasticamente diferentes entre países, e, a partir dos processos de independência nos países e com a expansão do capitalismo internacional, forma-se um mercado capitalista global com espaços produtivos com diferentes papéis, que se inter-relacionam e configuram uma totalidade integrada a partir da subordinação entre nações - que não se dá mais de maneira formal. Ou seja, tal expansão estabelece uma divisão internacional do trabalho e coloca para a América Latina um novo papel, distinto da relação colonial na sua forma, mas perpetuando a lógica de submissão. Nos termos de Marini (1973), a dependência é um conjunto de determinações da totalidade, uma categoria analítico-explicativa fundamental para o entendimento da configuração das nações latino-americanas. É a relação de subordinação entre países considerados como o centro do capitalismo e países considerados periféricos ao capitalismo. O marco da dependência é a divisão internacional do trabalho e seu objetivo é a manutenção de uma ordem que perpetue relações de poder de reprodução do capital a nível internacional, assim, o mercado mundial divide-se, em um primeiro momento, entre economias industriais e não industriais (LUCÉ, 2018). É o mecanismo de subordinação de territórios - e todas as suas implicações socioeconômicas - ditos subdesenvolvidos.

Dessarte, subdesenvolvimento e desenvolvimento são aspectos inerentes e indissociáveis ao modo de produção capitalista, logo, são resultados do desencadeamento, expansão e amadurecimento do sistema mundial capitalista (OSÓRIO, 2016). A dependência, ao mesmo tempo que alimenta, é alimentada pelo desenvolvimento desigual de forma combinada. Segundo Marini (1973), a dependência é uma condição que não está posta para se enquadrar em parâmetro de igualdade entre nações, pois são justamente as relações desiguais que a nutrem.

O desenvolvimento desigual, assim considerado, é o resultado de uma relação também desigual entre os apropriadores privados mundiais do capital, que atuam de maneira combinada para garantir a permanência do seu modo de acumulação, e os trabalhadores explorados do mundo, que sustentam essa esfera de acumulação global. (TRASPADINI; STEDILE, 2011, p. 32)

No modo de produção capitalista, a jornada de trabalho se define no acúmulo do trabalho necessário - valor necessário para a reprodução da força de trabalho, que pode ser traduzido como salário - e do trabalho excedente - o lucro apropriado pelo capitalista que expressa a mais-valia. Durante a jornada de trabalho a classe trabalhadora produz mais valor do que o necessário para a sua reprodução, “O valor da força de trabalho é determinado pelo tempo de trabalho socialmente necessário para produzir os bens que permitem a sua manutenção (ou reprodução)” (NETTO e BRAZ, 2006, p. 99), e mesmo que seja pago o valor da força de trabalho, o capitalista extrai da jornada de trabalho um excedente - a mais-valia. Assim, é dentro da relação de exploração que se engendra o desenvolvimento capitalista, que se sustenta na capacidade de apropriação do valor através da mais-valia relativa e da mais-valia absoluta.

Se temos a exploração como parte inerente do modo de produção capitalista, na América Latina enfrentamos uma particularidade sócio-histórica que aprofunda as relações de exploração. A superexploração é um mecanismo desenvolvido pelo capitalismo dependente para compensar a perda de lucro devido à subordinação de países centrais. Marini (1973) afirma que, enquanto a exploração é assentada como principal forma de apropriação de valor, a superexploração é o mecanismo pelo qual a burguesia no capitalismo dependente compensa os desdobramentos das trocas desiguais na economia internacional.

Assim, além da exploração pelos dois mecanismos-chaves (mais-valia relativa e mais-valia absoluta), aqui se dá a utilização direta de uma exploração sui generis: o pagamento de salários que não permitem ao trabalhador sequer reproduzir adequadamente sua vida, muito menos de sua família. (TRASPADINI e STEDILE, 2011. p 34).

A superexploração se fundamenta na maior exploração do(a) trabalhador(a), e, segundo Luce (2018, p. 178) ela pode acontecer mediante:

(i) o pagamento da força de trabalho abaixo de seu valor; (ii) o prolongamento da jornada de trabalho além dos limites normais; e (iii) o aumento da intensidade além dos limites normais. Enquanto a primeira forma atenta mais diretamente contra o fundo de consumo do trabalhador, as duas outras atentam contra o fundo de vida. Existe, ainda, uma quarta forma, que, na verdade, é um desdobramento da primeira, que se expressa quando se exerce um hiato entre o elemento histórico-moral do valor da força de trabalho e a remuneração praticada.

Nessa perspectiva, o aumento da intensidade do trabalho além dos limites normais mostra-se como um aumento da extração de mais-valia através de um maior ritmo de trabalho. Esta forma de superexploração ocorre mediante procedimentos extensivos ou intensivos, provocando fadiga e esgotamento (MARINI, 1973, apud LUCE, 2018).

O prolongamento da jornada de trabalho além dos limites normais é uma forma de superexploração que ocorre de forma estrutural, ao qual trata-se de aumentar o tempo de trabalho excedente, violando o fundo de vida do(a) trabalhador(a) de forma que provoca um desgaste que impacta diretamente no seu tempo de vida útil. Exige-se do(a) trabalhador(a) um maior dispêndio de sua força vital, considerando que há uma redução de tempo para repouso - tanto na redução do tempo de almoço, quanto na redução de tempo de descanso semanal e na redução de férias - e de recuperação de sua energia, “com isso, o sobredesgaste de sua corporeidade físico-psíquica tende a levar à piora de suas condições de vida, ao adoecimento e ao esgotamento prematuro de seu tempo de vida útil.” (LUCE, 2018, p.188).

A forma de superexploração da força de trabalho através do hiato entre o elemento histórico-moral do valor da força de trabalho e a remuneração recebida, ocorre mediante as transformações da sociedade que colocam novas necessidades de bens de consumo, logo, aqueles produtos que antes eram considerados bens suntuários - bens de consumo de luxo -, passam a compor a cesta de consumo dos(as) trabalhadores(as). Tais bens deixam a condição de bens de luxo devido aos avanços tecnológicos que baratearam suas produções e também devido à uma necessidade posta pela sociedade capitalista. Considerando que historicamente

novos bens vão se inserindo na cesta de consumo, há um aumento do valor da força de trabalho, no entanto, esse aumento não se concretiza no pagamento dos salários. Isto gera uma elevação no desgaste da força de trabalho, que por vezes a única forma de acessar alguns bens é através do aumento da sua jornada de trabalho e do endividamento.

Esse modo de produção se fundamenta em uma maior exploração e não no desenvolvimento de sua capacidade produtiva, configurando particularidades do capitalismo dependente que determinam as condições do modo de vida de trabalhadores e trabalhadoras, bem como as suas condições de trabalho. Os desdobramentos dessas particularidades são os mais diversos e seus impactos se materializam tanto de forma subjetiva quanto de forma objetiva. A compreensão do desenvolvimento capitalista em solos periféricos nos dá a base para uma leitura, a partir de uma totalidade, dos processos da formação social brasileira e sua relação direta com o controle da força de trabalho.

Dessa forma, são três momentos históricos que forjam tais determinações da nossa formação sócio-histórica. São eles: a) a colonização como forma de subordinação da terra, do território e do trabalho; b) a transição para o capitalismo dependente; c) o domínio do capital como base das relações sociais nos marcos do capitalismo dependente e da subordinação imperialista (SABINO e TELES, 2021). Isto posto, as determinações econômicas constituem o cenário político moldando subjetividades, ideologias e as formas de exploração e opressão. Para compreendermos a emergência da questão social no Brasil, também perpetra-se a necessidade de compreendermos o debate das relações étnico-raciais no país.

Dentro de tais aspectos apresentados desenham-se traços típicos da formação sócio-histórica brasileira, das relações sociais e da luta de classes que se dinamizam na emergência da questão social e do desenvolvimento capitalista global. Dessa forma, dentro de um movimento interno de dominação ideológica destacam-se a superexploração da força de trabalho, a propriedade privada e o racismo - a partir da concepção de branquitude -, particularidades estas que se colocam à serviço do movimento do capital e do capitalismo dependente.

No seio da configuração histórica de um país que passa por séculos de trabalho escravizado, a sua transição pelo alto para o trabalho livre condiciona um mercado que não absorve esses homens e mulheres que vieram de uma condição de exploração e expropriação. Temos um Estado que, de maneira perspicaz, no bojo de seus interesses, não cria alternativas para a sobrevivência dessa população. E, como já pontuado, a grande massa ofertada de força

de trabalho pronuncia-se nas condições necessárias para a superexploração e para o desenvolvimento da dependência. Assim, sendo este o condicionante que demarca a classe trabalhadora no pós-abolição, uma classe trabalhadora que será incorporada a esta dinâmica econômica de forma restritiva e será fortemente reprimida e criminalizada (SABINO e TELES, 2021).

4 CONCLUSÃO

À guisa de conclusão, podemos observar que as relações de dependência configuram uma subordinação estrutural entre os países considerados como centro do capitalismo e aqueles considerados periféricos, e, dentre as diversas nuances do capitalismo dependente, destacamos aqui a formação de uma classe trabalhadora superexplorada como mecanismo de compensação dos desdobramentos das trocas desiguais na economia internacional. O solo de um país dependente, com uma classe trabalhadora que possui salários abaixo do necessário para a sua reprodução social, além de jornadas mais extensas e mais intensas, configura os mais variados impactos nos processos da formação social brasileira e na relação com o controle da força de trabalho.

Ao longo do texto pudemos observar diversas medidas das classes hegemônicas e do próprio Estado de dominação ideológica e de controle social da população. No entanto, é necessário garantir uma aceitação mínima da ordem do capital por parte da sociedade, e, para que isso aconteça, são necessários alguns artifícios alienantes e ideológicos. Aqui sugere-se o caráter dialético, que implica em uma identidade constituída estrategicamente dentro de uma ideologia dominante, sobretudo quando tratamos de uma força de trabalho superexplorada. Isto posto, o Estado, figurado na branquitude cis-heteropatriarcal, usa não só a violência e o genocídio para a manutenção de uma ordem, mas também utiliza-se de artifícios de morte em vida, ou seja destrói culturas, religiões e também a subjetividade dos indivíduos.

A alienação mostra-se como outra categoria fundamental para compreensão dessa relação de subjugação entre Estado e classe trabalhadora, levando em consideração que a maneira como a sua consciência interpreta politicamente as interações sociais na sociedade capitalista nem sempre leva a uma visão crítica sobre a sua própria condição como um trabalhador(a). Em vez disso, muitas vezes, devido à alienação social e distorção subjetiva causada por essas condições de superexploração, o(a) trabalhador(a) tende a adotar os valores

das classes dominantes. Por vezes, estes aspectos acabam reforçando e sendo reforçados pelo espírito neoliberal que roboriza o individualismo e a competitividade entre esses indivíduos. Isto não acontece à toa, considerando todas as premissas já apresentadas do Estado moderno burguês, que se fundamenta, essencialmente, na valorização da propriedade privada e dos interesses da classe dominante.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, W. P. Razão e Estado em Hegel: os fundamentos ontológicos da sociedade moderna. In: MEDINA, Javier García; ISHIKAWA, Lauro, et. ali. (orgs). Direitos humanos: diálogos ibero-americanos. Belo Horizonte, Editora D'Plácido, 2019c, p. 793-812.

ARAÚJO, W. P. Estado, ideologia e luta de classes no capitalismo contemporâneo. In: GRIGOLETTO, Evandra; DE NARDI, Fabiele S.; SILVA SOBRINHO, Helson F. da. (org). Ousar se revoltar. Campinas, SP: Pontes Editores, 2021b, p. 113-134.

ENGELS, Friedrich. A origem família, da propriedade privada e do Estado; tradução de Leandro Konder. - 3 ed. - São Paulo: Expressão Popular, 2012.

LUCE, Mathias Seibel. Teoria marxista da dependência: problemas e categorias - uma visão histórica. - 1 ed. - São Paulo: Expressão Popular, 2018.

MANDEL, Ernest. Teoria Marxista do Estado. Lisboa: Edições Antídoto, 1977.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. A ideologia alemã - Martins Fontes, 1998.

MARX, Karl, 1818-1883. O capital: crítica da economia política: Livro I: o processo de produção do capital. - São Paulo: Boitempo, 2013.

NETTO, José Paulo. Cinco notas a propósito da “questão social”. Temporalis /Associação de Ensino e Pesquisa em Serviço Social, Brasília, ano 2, n 3, p.41-49, jan./jul. 2001.

OSÓRIO, Jaime. Sistema mundial e formas de capitalismo: a teoria marxista da dependência revisitada. Revista Direito & Práxis, Rio de Janeiro, Vol. 07, N. 13, p. 494-539, 2016.

SOUZA, Cristiane Sabino de; TELES, Heloísa. Pressupostos para uma análise histórico-estrutural da questão social no Brasil. Temporalis, Brasília, ano 21, n.42, p.44-61, julho a dezembro, 2021.

TRASPADINI, Roberta; STEDILE, João Pedro (orgs). Ruy Mauro Marini: Vida e obra - 2 ed. - São Paulo: Expressão Popular, 2011.